



Banco Societe Generale Brasil S.A.
(pertencente ao Sistema Financeiro Societe Generale Brasil)

CNPJ 61.533.584/0001-55
Avenida Paulista, 2300 - 9º andar - Cerqueira César
CEP 01310-300 - São Paulo - SP
Telefone: 0xx11 3217-8000
www.sgbrasil.com.br

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores clientes e acionistas,

A Administração do Banco Societe Generale Brasil S.A. submete à apreciação de V.Sas., o Relatório de Administração e as correspondentes Demonstrações Financeiras com o parecer dos Auditores Independentes referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, as quais foram elaboradas em conformidade com as normas legais e estatutárias vigentes.

rado das seguintes controladas: SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil, Societe Generale S.A. – Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários, Banco Cacique S.A. e Banco Pecunia S.A.. O Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2015 atingiu o valor de R\$ 1,37 bilhão (R\$ 1,02 bilhão em 31 de dezembro de 2014) e os ativos ponderados pelo risco alcançaram 24,14% (17,08% em 31 de dezembro de 2014) – Índice ampliado de Basileia.

O Conglomerado Societe Generale tem sua Matriz sede na França e está no Brasil desde o ano de 1967 atuando principalmente no mercado financeiro. É uma das maiores entidades financeiras na zona do euro, atuando em praticamente todos os setores da economia. O Conglomerado financeiro Banco Societe Generale Brasil S.A., além da própria entidade individual, publica as demonstrações financeiras individuais em sepa-

A Administração do Grupo Societe Generale Brasil agradece aos clientes, e a nossos acionistas, o indispensável apoio e confiança depositados e aos colaboradores pelo empenho e dedicação.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2016

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 - (Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	2015	2014		Nota explicativa	2015	2014
			Reapresentado				Reapresentado
CIRCULANTE		13.762.538	13.325.483	CIRCULANTE		12.873.756	12.913.837
Disponibilidades	5	2.551	1.635	Depósitos	15	753.301	254.558
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	5.272.835	1.704.210	Depósitos à vista		1.266	14.043
Aplicações no mercado aberto		4.706.649	288.700	Depósitos interfinanceiros		664.364	10.824
Aplicações em depósitos interfinanceiros		566.186	1.415.510	Depósitos a prazo		87.671	229.691
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	1.661.180	2.755.281	Relações interdependências		5.881	8.002
Carteira própria		525.350	847.251	Recursos em trânsito de terceiros		5.881	8.001
Vinculados à prestação de garantias		560.355	1.675.946	Transferência interna de recursos		-	1
Instrumentos financeiros derivativos	7.e.1	575.475	232.084	Obrigações por empréstimos e repasses	16	5.891.019	3.854.277
Relações interfinanceiras		73	725	Empréstimos no exterior		5.887.594	3.850.764
Créditos vinculados - depósitos no Banco Central do Brasil		73	725	Repasses do exterior		3.205	3.513
Operações de crédito		290.634	96.619	Repasses do País - FINAME		220	-
Operações de crédito - setor privado	9.a	291.348	109.243	Instrumentos financeiros derivativos		969.278	370.746
Provisão para operações de crédito de liquidação duvidosa	10	(714)	(12.624)	Instrumentos financeiros derivativos	7.e.1	969.278	370.746
Outros créditos		6.535.265	8.767.013	Outras obrigações		5.254.277	8.426.254
Carteira de câmbio	11	6.302.266	8.738.643	Cobrança e arrecadação de tributos e assemelhados		1.921	43
Rendas a receber		491	976	Carteira de câmbio	11	5.065.978	8.207.159
Negociação e intermediação de valores	8	152.368	-	Fiscais e previdenciárias	12.b	169.010	65.152
Diversos	12.a	84.025	29.218	Negociação e intermediação de valores	8	-	139.431
Provisão para outros créditos de liquidação duvidosa	10	(3.885)	(1.824)	Diversas	12.c	17.368	14.469
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		3.573.605	4.090.115	EXIGÍVEL A LONGO PRAZO		3.473.180	3.809.134
Aplicações interfinanceiras de liquidez	6	172.052	190.125	Depósitos	15	159.856	52.423
Aplicações em depósitos interfinanceiros		172.052	190.125	Depósitos interfinanceiros		96.465	12.164
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	7	562.581	529.645	Depósitos a prazo		63.391	40.259
Carteira própria		5.528	-	Obrigações por empréstimos e repasses	16	784.136	167.627
Vinculados à prestação de garantias		177.065	169.029	Empréstimos no exterior		763.344	142.485
Instrumentos financeiros derivativos	7.e.1	379.988	360.616	Repasses do exterior		3.667	7.671
Operações de crédito		160.333	37.771	Repasses do País - FINAME		17.125	17.471
Operações de crédito - setor privado	9.a	160.333	37.771	Instrumentos financeiros derivativos		261.163	193.363
Outros créditos		2.678.639	3.332.574	Instrumentos financeiros derivativos	7.e.1	261.163	193.363
Carteira de câmbio	11	2.459.261	3.179.059	Outras obrigações		2.268.025	3.395.721
Diversos	12.a	219.378	153.515	Carteira de câmbio	11	2.097.440	3.224.072
PERMANENTE		380.148	324.984	Fiscais e previdenciárias	12.b	154.040	158.023
Investimentos		375.933	319.553	Diversas	12.c	16.545	13.626
Participações em controladas	14	375.897	319.517	RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS	17	71	48
Outros investimentos		36	36	Resultado de exercícios futuros		71	48
Imobilizado de uso		4.215	5.431	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	18	1.369.284	1.017.563
Outras imobilizações de uso		11.312	10.668	Capital social		2.956.929	2.374.923
Depreciações acumuladas		(7.097)	(5.237)	Reserva de capital		2.286	4.119
TOTAL DO ATIVO		17.716.291	17.740.582	Reserva de reavaliação		180	211
				Ajustes de avaliação patrimonial		(3.104)	2.066
				Prejuízos acumulados		(1.587.007)	(1.363.756)
				TOTAL DO PASSIVO		17.716.291	17.740.582

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais, exceto o lucro/prejuízo por lote de mil ações)

	Nota explicativa	2º semestre	2015	2014
				Reapresentado
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		1.617.478	3.021.246	892.256
Operações de crédito		23.763	41.361	20.412
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		486.178	892.656	505.554
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	7.e.2	1.107.537	2.087.229	366.290
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(1.445.081)	(2.883.583)	(804.950)
Operações de captações no mercado		(41.346)	(73.082)	(51.722)
Operações de empréstimos e repasses		(1.520.321)	(2.708.042)	(715.829)
Resultado de operações com câmbio		116.625	54.841	(30.485)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	10	(39)	(157.300)	(6.914)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		172.397	137.663	87.306
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(151.942)	(239.465)	(81.425)
Receitas de prestação de serviços		14.243	25.868	15.303
Resultado de participações em controladas e coligada	14	(103.544)	(164.740)	(8.698)
Despesas de pessoal		(29.616)	(54.854)	(52.512)
Outras despesas administrativas	21	(24.662)	(46.361)	(34.843)
Despesas tributárias		(4.774)	(13.733)	(1.962)
Outras receitas operacionais	22	10.828	32.939	37.517
Outras despesas operacionais	23	(14.417)	(18.584)	(36.230)
RESULTADO OPERACIONAL		20.455	(101.802)	5.881
RESULTADO NÃO OPERACIONAL		26	57	(45)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO E DA PARTICIPAÇÃO SOBRE RESULTADO		20.481	(101.745)	5.836
PROVISÃO PARA IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	19	(78.002)	(121.691)	5.194
Provisão para imposto de renda corrente		(2.972)	(31.059)	(38.797)
Provisão para contribuição social corrente		(4.629)	(20.865)	(23.535)
Ativo/Passivo fiscal diferido		(70.401)	(69.767)	67.526
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		(57.521)	(223.436)	11.030
LUCRO/(PREJUÍZO) AÇÃO R\$		(56,56)	(219,71)	13,20

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	2º semestre	2015	2014
				Reapresentado
ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Lucro/(Prejuízo) líquido do semestre/exercício		(57.521)	(223.436)	11.030
Ajustes que não afetam o fluxo de caixa		5.075.644	6.500.797	(31.714)
Depreciações e amortizações		969	1.925	1.543
Provisão (reversão) para créditos de liquidação duvidosa		(650)	(11.910)	5.489
Provisão (reversão) para perdas com outros créditos		(154.020)	2.061	1.153
Constituição/Atualização de provisão para riscos	13 (ii)	4.179	7.724	6.843
Impostos diferidos		70.401	69.767	(67.526)
Aquisição de bens não de uso		-	(7.841)	-
Variação cambial de operações de crédito, aplicações interfinanceiras de liquidez, câmbio e empréstimos		5.056.751	6.280.300	-
Ajustes de avaliação patrimonial e realização de reserva de reavaliação		(5.722)	(6.317)	12.022
Provisão para pagamento de plano de ações		192	348	64
Resultado de participação em controladas		103.544	164.740	8.942
Ajustes de exercícios anteriores em controladas		-	-	(244)
Lucro/(Prejuízo) líquido ajustado		5.018.123	6.277.361	(20.684)
Varição de ativos e obrigações		(3.709.355)	(2.219.348)	(477.362)
Redução em aplicações interfinanceiras de liquidez		657.422	880.500	244.938
(Aumento) redução em títulos e valores mobiliários		646.695	1.423.928	(966.192)
(Aumento) redução em relações interfinanceiras e interdependências		(8.092)	(8.609)	5.622
(Aumento) redução em operações de crédito		(227.226)	(302.417)	15.977
(Aumento) redução em outros créditos		20.462.059	3.707.251	(5.549.374)
Redução em outros valores e bens		7.841	7.841	-
Aumento (redução) em depósitos		307.183	606.176	(479.131)
Aumento (redução) no mercado aberto		(5.000)	-	(11.004)
Redução em Recursos de Letras Imobiliárias, Hipotecárias, de Crédito e Similares		-	-	(106.016)
Aumento (redução) em obrigações por empréstimos		(562.718)	5.809	1.406.599
Aumento (redução) em outras obrigações		(24.993.583)	(8.843.419)	5.304.494
Aumento (redução) em instrumentos financeiros derivativos		6.044	303.569	(343.276)
Aumento em resultados de exercícios futuros		20	23	1
Caixa líquido investido nas atividades operacionais		1.308.768	4.058.013	(498.046)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Aumento de capital em controladas	14	(203.000)	(222.000)	-
Aquisição de imobilizado de uso		(448)	(717)	(4.970)
Alienação de imobilizado de uso		8	8	191
Caixa líquido investido nas atividades de investimento		(203.440)	(222.709)	(4.779)
ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Aumento de capital		315.003	582.006	-
Caixa líquido oriundo das (investidos nas) atividades de financiamento		315.003	582.006	-
AUMENTO/(REDUÇÃO) DO CAIXA NO SEMESTRE/EXERCÍCIO		1.420.331	4.417.310	(502.825)
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO INÍCIO DO SEMESTRE/EXERCÍCIO		3.336.279	339.300	842.125
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA NO FIM DO SEMESTRE/EXERCÍCIO	5	4.756.610	4.756.610	339.300

continua

continuação

SOCIETE GENERALE
Corporate & Investment Banking

Banco Societé Générale Brasil S.A.
(pertencente ao Sistema Financeiro Societé Générale Brasil)

CNPJ 61.533.584/0001-55
Avenida Paulista, 2300 - 9º andar - Cerqueira César
CEP 01310-300 - São Paulo - SP
Telefone: 0xx11 3217-8000
www.sgbrasil.com.br

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 E SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Capital social	Reservas de capital	Reservas de reavaliação	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos acumulados Reapresentado	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		2.374.923	2.897	231	(9.908)	(1.363.316)	1.004.827
Realização de reservas de reavaliação em controlada		-	-	-	-	32	32
Ajustes de exercícios anteriores em coligadas		-	-	-	-	(11.502)	(11.502)
Plano de pagamento baseado em ações		-	-	-	-	-	-
-Controlador		-	64	-	-	-	64
-Controladas		-	1.158	-	-	-	1.158
Reservas de reavaliação		-	-	(20)	-	-	(20)
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	11.974	-	11.974
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	11.030	11.030
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 - Reapresentado		2.374.923	4.119	211	2.066	(1.363.756)	1.017.563
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 - Reapresentado		2.374.923	4.119	211	2.066	(1.363.756)	1.017.563
Aumento de capital - AGE de 24 de abril de 2015 e AGE de 23 de dezembro de 2015	18. c	582.006	-	-	-	-	582.006
Realização de reservas de reavaliação em controlada		-	-	-	-	185	185
Plano de pagamento baseado em ações		-	-	-	-	-	-
-Controlador		-	348	-	-	-	348
-Controladas		-	(2.181)	-	-	-	(2.181)
Reservas de reavaliação		-	-	185	-	-	185
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	(5.170)	-	(5.170)
Prejuízo líquido do exercício		-	-	-	-	(223.436)	(223.436)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		2.956.929	2.286	180	(3.104)	(1.587.007)	1.369.284
SALDOS EM 30 DE JUNHO DE 2015		2.641.926	1.747	202	1.835	(1.529.500)	1.116.210
Aumento de capital - AGE de 23 de dezembro de 2015	18. c	315.003	-	-	-	-	315.003
Realização de reservas de reavaliação em controlada		-	-	-	-	14	14
Plano de pagamento baseado em ações		-	-	-	-	-	-
-Controlador		-	191	-	-	-	191
-Controladas		-	348	-	-	-	348
Reservas de reavaliação		-	-	(22)	-	-	(22)
Ajustes de avaliação patrimonial		-	-	-	(4.939)	-	(4.939)
Prejuízo líquido do semestre		-	-	-	-	(57.521)	(57.521)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		2.956.929	2.286	180	(3.104)	(1.587.007)	1.369.284

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL - O Banco Societé Générale Brasil S.A. ("Banco"), organizado sob a forma de banco múltiplo, está autorizado a operar com as carteiras comercial, inclusive câmbio, e de crédito, financiamento e investimentos. Suas operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro. Certas operações têm a co-participação ou a intermediação de instituições associadas, integrantes do Conglomerado Financeiro Societé Générale Brasil ("Conglomerado" ou "Consolidado"). O benefício dos serviços prestados entre essas instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo critérios de praticabilidade e razoabilidade, em conjunto ou individualmente. O suporte das operações do Banco e empresa controlada SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil, vem sendo realizadas através de aportes de capital e empréstimos no exterior com o Societé Générale Corporate & Investment Bank (Paris-França), enquanto grande parte das captações das empresas controladas Banco Cacique S.A. e Banco Pecúnia S.A., vem sendo realizadas através de depósitos interfinanceiros com seu banco controlador, Banco Societé Générale Brasil S.A.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN) e modelo do documento previsto no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional (COSIF). O banco passou a publicar a partir de junho de 2015 exclusivamente suas demonstrações financeiras individuais atendendo as normas vigentes. As demonstrações financeiras do conglomerado prudencial consolidadas são divulgadas no site do banco atendendo a resolução 4.280 de 31 de outubro de 2013. Foram efetuadas reclassificações no Balanço Patrimonial, Demonstração do Resultado, Mutações do Patrimônio Líquido, dos Fluxos de Caixa e nota explicativa 14-Investimentos em Coligada e Controladas do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 para melhor comparação com as informações de 31 de dezembro de 2015, como segue:

	2014 Original	2014 Ajustes	2014 Reapresentado
a) Balanço Patrimonial:			
Permanente-Investimentos-Participações em controladas	330.775	(11.258)	319.517
1 - Banco Cacique S.A.	-	1.563	-
2 - Banco Pecúnia S.A.	-	(13.703)	-
3 - SG Equipment Finance S.A.-Arrendamento Mercantil	-	882	-
Patrimônio Líquido-Prejuízos acumulados	(1.352.498)	(11.258)	(1.363.756)
1 - Banco Cacique S.A.	-	1.563	-
2 - Banco Pecúnia S.A.	-	(13.703)	-
3 - SG Equipment Finance S.A.-Arrendamento Mercantil	-	882	-
b) Demonstrações do Resultado:			
Resultado de participações em controladas e coligadas	(8.942)	244	(8.698)
1 - Banco Cacique S.A.	-	985	-
2 - Banco Pecúnia S.A.	-	(1.623)	-
3 - SG Equipment Finance S.A.-Arrendamento Mercantil	-	882	-
c) Mutações do Patrimônio Líquido:			
Ajustes de exercícios anteriores em coligadas	-	(11.502)	(11.502)
1 - Banco Cacique S.A.	-	578	-
2 - Banco Pecúnia S.A.	-	(12.080)	-
3 - SG Equipment Finance S.A.-Arrendamento Mercantil	-	882	-
Prejuízos acumulados	(1.352.498)	(11.258)	(1.363.756)
1 - Banco Cacique S.A.	-	1.563	-
2 - Banco Pecúnia S.A.	-	(13.703)	-
3 - SG Equipment Finance S.A.-Arrendamento Mercantil	-	882	-
d) Demonstração do Fluxo de Caixa:			
Atividades Operacionais - Lucro Líquido do Exercício	10.786	244	11.030
1 - Banco Cacique S.A.	-	985	-
2 - Banco Pecúnia S.A.	-	(1.623)	-
3 - SG Equipment Finance S.A.-Arrendamento Mercantil	-	882	-
Atividades Operacionais - Ajustes que não afetam o fluxo de caixa - Ajustes de exercícios anteriores em coligadas	-	(244)	(244)
1 - Banco Cacique S.A.	-	(985)	-
2 - Banco Pecúnia S.A.	-	1.623	-
3 - SG Equipment Finance S.A.-Arrendamento Mercantil	-	(882)	-

	Banco Cacique S.A. (1)		Banco Pecúnia S.A. (2)		SG Equipment Finance S.A.-Arrendamento Mercantil (3)	
	2014 Original	2014 Reapresentado	2014 Original	2014 Reapresentado	2014 Original	2014 Reapresentado
Informações das controladas:						
Capital social	668.518	668.518	423.596	423.596	70.398	70.398
Ordinárias	528.393	528.393	105.127.380	105.127.380	1.282.532	1.282.532
Participações - %	100	100	100	100	100	100
Patrimônio líquido	153.109	154.672	104.931	91.228	55.082	55.964
Prejuízo líquido do exercício	(5.367)	(4.382)	(3.146)	(4.769)	(1.045)	(163)
Movimentação dos investimentos:						
Saldos em 31 de dezembro	157.810	157.810	107.597	107.597	56.152	56.152
Ajuste de avaliação patrimonial	4	4	(1)	(1)	(51)	(51)
Ajuste de exercícios anteriores	-	578	-	(12.080)	-	-
Outras reservas de capital	662	662	470	470	26	26
Realização de reserva de reavaliação	-	-	11	11	-	-
Resultado de equivalência patrimonial	(5.367)	(4.382)	(3.146)	(4.769)	(1.045)	(163)
Saldos em 31 de dezembro	153.109	154.672	104.931	91.228	55.082	55.964

1 - Refere-se a atualização monetária de processos cíveis, depósitos judiciais trabalhistas - multas procon, de anos anteriores. **2 -** Refere-se a atualização monetária dos depósitos judiciais trabalhistas de anos anteriores e revisão do imposto de renda e contribuição social dos anos 2010 a 2013. **3 -** Referem-se ao ajuste do saldo de provisão da comissão de garantia sobre empréstimo bancário e do recálculo dos impostos em função desta adição à sua base de cálculo. Em aderência ao processo de convergência com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), o Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC emitiu diversos pronunciamentos relacionados ao processo de convergência contábil internacional, aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, porém a maioria não homologada pelo BACEN. Dessa forma, o Banco, na elaboração das demonstrações financeiras, adotou os seguintes pronunciamentos já homologados pelo BACEN: **a)** CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos - homologado pela Resolução BACEN nº 3.566/08; **b)** CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa - homologado pela Resolução BACEN nº 3.604/08; **c)** CPC 05 - Divulgação sobre Partes Relacionadas - homologado pela Resolução BACEN nº 3.750/09; **d)** CPC 10 - Pagamento Baseado em Ações - homologado pela Resolução BACEN nº 3.989/11; **e)** CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro - homologado pela Resolução BACEN nº 4.007/11; **f)** CPC 24 - Evento subsequente - homologado pela Resolução BACEN nº 3.973/11; **g)** CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes - homologado pela Resolução BACEN nº 3.823/09; e **h)** Pronunciamento Conceitual Básico (R1) - Estrutura conceitual para elaboração e divulgação de relatório contábil-financeiro homologado pela Resolução BACEN nº 4.144/12. Atualmente, não é possível estimar quando o BACEN irá aprovar os demais pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC e se a utilização dos mesmos será de maneira prospectiva ou retrospectiva. Estas demonstrações financeiras foram aprovadas pela diretoria e autorizadas a serem divulgadas em 22 de fevereiro de 2016.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS - a) Apuração do resultado - As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério "pro rata" dia para aquelas de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relacionadas a operações com o exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas prefixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas ou indexadas a moedas estrangeiras são atualizadas até as datas dos balanços. **b) Caixa e equivalentes de caixa** - Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moedas nacional e estrangeira e aplicações em ouro, no mercado aberto e em depósitos interfinanceiros cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, e sendo utilizados pelo Banco para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo, de acordo com a Resolução CMN nº 3.604/08. **c) Aplicações interfinanceiras de liquidez** - São registradas ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. **d) Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos** - De acordo com o estabelecido pela Circular BACEN nº 3.068, de 8 de novembro de 2001, os títulos e valores mobiliários integrantes da carteira são classificados em três categorias distintas, conforme a intenção da Administração, quais sejam: • Títulos para negociação; • Títulos disponíveis para venda; e • Títulos mantidos até o vencimento. Conforme estabelecido pela Circular BACEN 3.082, de 30 de janeiro de 2002, os títulos classificados como "para negociação" e "disponíveis para venda" são avaliados pelo seu valor de mercado e os classificados como "mantidos até o vencimento" são avaliados pelo seu custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como "para negociação" são contabilizados em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa no resultado do período. Os ajustes a valor de mercado dos títulos classificados como "disponíveis para venda" são contabilizados em conta destacada do patrimônio líquido denominada "Ajuste de avaliação patrimonial", líquido dos efeitos tributários. Os instrumentos financeiros derivativos são compostos por operações de "swap", de futuros, opções e operações a termo e, são avaliados de acordo com os seguintes critérios: • Operações de "swap" - o diferencial a receber ou a pagar é avaliado de acordo com as taxas pactuadas nos respectivos contratos e ajustadas ao valor de mercado em contrapartida do resultado do período; • Operações de futuro - o valor dos ajustes diários é contabilizado em conta de ativo ou passivo e apropriado diariamente como receita ou despesa; • Operações a termo - são registradas pelo valor final do contrato deduzido da diferença entre esse valor e o preço à vista do bem ou direito na data da aquisição, ajustado ao valor de mercado, reconhecendo as receitas e despesas em razão da fluência dos prazos de vencimento dos contratos; e • Operações com opções - os prêmios pagos ou recebidos são contabilizados no ativo ou passivo até o seu exercício, agregando os custos inerentes ou transferido o valor total dos prêmios quando do não exercício para o resultado. Os instrumentos financeiros derivativos designados como parte de uma estrutura de proteção contra riscos ("hedge") podem ser classificados como: I - "hedge" de risco de mercado; e II - "hedge" de fluxo de caixa. Os instrumentos financeiros derivativos destinados a "hedge" e os respectivos objetos de "hedge" são ajustados ao valor de mercado, observado o seguinte: • Para aqueles classificados na categoria "hedge" de risco de mercado, a valorização ou a desvalorização é registrada em contrapartida à adequada conta de receita ou despesa, no resultado do período. • Para aqueles classificados na categoria "hedge" de fluxo de caixa, a valorização ou desvalorização referente à parcela efetiva é registrada em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, líquida dos efeitos tributários. **e) Operações de crédito e provisão para créditos de liquidação duvidosa** - As operações de crédito são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos devedores e garantidores, observando os parâmetros estabelecidos pela Resolução BACEN nº 2.682/99 que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (perda). As rendas das operações de crédito vencidas a partir de 60 dias, independentemente de seu nível de risco, só são reconhecidas como receita quando efetivamente recebidas. As operações classificadas no nível "H" permanecem nessa classificação por seis meses, quando então são baixadas contra a provisão existente e controladas em contas de compensação, não mais figurando no balanço patrimonial. As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, com o mesmo "rating" em que estavam classificadas. As renegociações de operações de crédito que já haviam sido baixadas contra a provisão e que estavam em contas de compensação são classificadas no nível "H" e os eventuais ganhos provenientes da renegociação só são reconhecidos como receita quando efetivamente recebidos. Também foi constituída provisão para crédito de liquidação duvidosa sobre operações de crédito objeto de cessação de crédito registrados na rubrica "Outras obrigações". **f) Carteira de câmbio** - As operações de câmbio são demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos e as variações cambiais, em bases "pró-rata" dia, e a provisão para créditos de liquidação duvidosa, quando aplicável. **g) Negociação e intermediação de valores (ativo e passivo)** - São demonstradas pelo valor das operações de compra ou venda de títulos realizadas nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros, por conta própria e de clientes, pendentes de liquidação dentro do prazo regulamentar. **h) Investimentos** - • As participações em controladas e coligada são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; • As ações da Cetip S.A. - Balcão Organizado de Ativos e Derivativos, obtidas através da transformação da Cetip - Câmara de Liquidação e Custódia em sociedade anônima, registradas ao valor de custo; e • Os demais investimentos são avaliados ao custo e ajustados por provisão para perdas, quando aplicável. **i) Imobilizado** - É demonstrado pelo custo de aquisição, deduzido das respectivas depreciações acumuladas. **j) Depreciações** - Imobilizado de uso - são calculadas pelo método linear, de acordo com a vida útil estimada dos bens, com as seguintes taxas anuais: sistemas de processamento de dados 20%, imóveis de uso 4% e demais contas 10%. **k) Valor de recuperação dos ativos** - Os ativos não monetários estão sujeitos à avaliação ao valor recuperável em períodos anuais ou em maior frequência se as condições ou circunstâncias indicarem a possibilidade de perda dos seus valores. **l) Atualização monetária de direitos e obrigações** - Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitos à variação cambial ou de índices, são atualizados até as datas dos balanços. As contrapartidas dessas atualizações são refletidas no resultado. **m) Depósitos, captações no mercado aberto e obrigações por empréstimos e repasses** - São demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram os encargos exigíveis até as datas dos balanços, reconhecidos em base "pro rata" dia. **n) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias** - O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com as determinações estabelecidas no Pronunciamento Técnico nº 25 do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovado pela Resolução BACEN nº 3.823/09. • Ativos contingentes - não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização, sobre as quais não cabem mais recursos; • Provisões - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança; • Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão e divulgação; • Obrigações legais - fiscais e previdenciárias - referem-se a demandas judiciais, nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. Os montantes discutidos são integralmente registrados nas demonstrações financeiras e atualizados de acordo com a legislação vigente; e • Os depósitos judiciais são mantidos em conta de ativo, sem serem deduzidos das provisões para passivos contingentes, em atendimento às normas do BACEN. **o) Imposto de renda e contribuição social** - A provisão para imposto de renda é constituída com base no lucro tributável à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro anual excedente a R\$ 240. A contribuição social sobre o lucro foi calculada até agosto de 2015, considerando a alíquota de 15%. Para o período compreendido entre setembro de 2015 e dezembro de 2018, a alíquota foi alterada para 20%, conforme Lei no 13.169/15, retornando à alíquota de 15% a partir de janeiro de 2019. **p) Mensuração a valor de mercado** - A metodologia aplicada para mensuração do valor de mercado dos títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, dados divulgados pelas diversas associações de classe, bolsas de valores e bolsas de mercadorias e de futuros, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim,

continua

continuação



Banco Socié Générale Brasil S.A.
(pertencente ao Sistema Financeiro Socié Générale Brasil)

CNPJ 61.533.584/0001-55
Avenida Paulista, 2300 - 9º andar - Cerqueira César
CEP 01310-300 - São Paulo - SP
Telefone: 0xx11 3217-8000
www.sgbrasil.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados. **q) Uso de estimativas contábeis** - A preparação das demonstrações financeiras exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor de mercado de determinados ativos e passivos financeiros; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) amortizações de ativos intangíveis e (iv) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes de créditos de liquidação duvidosa e dos riscos fiscais e obrigações legais e recuperação de ativos. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferentes dos valores apresentados com base nessas estimativas. **r) Resultado por ação** - A divulgação do lucro/(prejuízo) por ação é apresentado pela divisão do lucro líquido/(prejuízo) do período pela quantidade total de ações. **s) Pagamento baseado em ações** - O Grupo Socié Générale (França) oferece como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários das suas subsidiárias brasileiras planos de pagamentos baseados em ações. Os planos são reconhecidos como despesa de pessoal pró-rata ao período de carência, em contrapartida a reserva de capital no patrimônio líquido para aqueles planos cuja transação seja liquidada em instrumentos patrimoniais ou reconhecido como um passivo caso a liquidação seja efetuada em dinheiro.

4. GERENCIAMENTO DE RISCOS - O nível de risco aceitável na condução dos negócios é definido pela Alta Administração do Banco, em conjunto com a matriz em Paris. Os diferentes tipos de risco são formalmente identificados e permanentemente monitorados por unidades especializadas, independentes das unidades de negócio. Essas unidades garantem que a exposição não ultrapasse os limites e critérios preestabelecidos e reportam a exposição e eventuais excessos à Alta Administração. A avaliação de todos os riscos é parte integrante da tomada de qualquer decisão estratégica no Banco. O processo de gerenciamento de riscos é realizado de forma consolidada no Brasil pelo Banco Socié Générale Brasil S.A. **I. Risco de crédito** - Em linha com as melhores práticas, o gerenciamento de Risco de Crédito do Banco é um processo contínuo e evolutivo do mapeamento, da aferição e do diagnóstico dos modelos, dos instrumentos, das políticas e dos procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos. As políticas observam cuidados relacionados à análise da capacidade de pagamento do tomador, além de levar em conta parâmetros de concentração, concessão, exigência de garantias e prazos que não comprometam a qualidade esperada da carteira. **II. Risco de mercado** - A área de Risco de Mercado utiliza metodologias e modelos condizentes com a realidade dos mercados nacional e internacional, permitindo embasar as decisões estratégicas do Banco com agilidade, transparência e alto grau de confiança. É a área responsável pela implementação da estrutura de risco de mercado no Banco, sendo independente das áreas de negócio, com funções específicas, responsabilidades claramente definidas e instrumentos apropriados que lhe possibilitam a identificação, a avaliação, o monitoramento e o controle dos riscos, estabelecendo padrões e procedimentos de gestão de risco em conformidade com as recomendações do BACEN. Além disso, possui os recursos humanos adequados para estruturar o processo de gerenciamento de risco, em conformidade com normas internas e externas. Essa área informa a Administração sobre a exposição aos riscos de mercado e divulga as informações sobre o risco de mercado aos órgãos reguladores, bem como as linhas de negócios internas e externas. **III. Risco de liquidez** - O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das operações. **IV. Risco operacional** - Conforme a Resolução BACEN nº 3.380, de 29 de junho de 2006, o Banco identifica e monitora a sua exposição ao risco operacional através de vários instrumentos, compatíveis com a natureza, o volume e a complexidade de suas atividades, sendo eles: i) avaliação de riscos inerentes e controles internos por área, que define o perfil de risco residual por categoria de risco, conforme metodologia requerida pelo acordo da Basileia II (nota explicativa nº 27); essa avaliação é revisada periodicamente e desencadeia planos de ações mitigantes a partir de um certo nível de exposição; ii) análise sistemática das perdas operacionais históricas; iii) monitoramento mensal de indicadores de riscos; iv) controles internos permanentes e periódicos (auditorias) com planos de ações corretivas; v) controles de conformidade e de prevenção à lavagem de dinheiro ("compliance"); vi) plano de continuidade de negócios; vii) Comitê de novos produtos; e viii) campanhas de conscientização dos colaboradores. Os resultados deste conjunto de instrumentos são revisados periodicamente por um comitê dedicado, no intuito de tomar as ações mitigantes consideradas necessárias. Para efeito de alocação de capital regulamentar, previsto no art. 1º da Circular nº 3.640, de 04 de março de 2013, e alterada pela circular nº 3.675, de 31 de outubro de 2013, o Conglomerado adotou a Abordagem Padronizada Alternativa Simplificada. A divulgação das informações consolidadas referentes à gestão de riscos, à apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA) e à apuração do Patrimônio de Referência (PR) conforme requerido pela Circular BACEN no 3.678, de 31 de outubro de 2013, alterada pela circular nº 3.716, de 21 de agosto de 2014, estão publicadas em nosso site no endereço eletrônico www.sgbrasil.com.br, seção Gestão de Riscos. **V. Risco de capital** - O Conglomerado realiza a gestão de seu Capital Regulatório de forma descentralizada, ficando cada instituição financeira integrante individualmente responsável pelo respectivo gerenciamento de capital e avaliações de possíveis impactos oriundos dos riscos associados às empresas não financeiras sob sua gestão. A atividade é realizada através de Estruturas de Gerenciamento de Capital individuais, compostas de técnicas, ferramentas, processos e responsabilidades voltadas ao planejamento e monitoração de seu respectivo Capital de acordo com os requerimentos definidos na Política de Gerenciamento de Capital do Conglomerado, prevendo: I - mecanismos para a identificação e avaliação dos riscos relevantes incorridos, inclusive aqueles não cobertos pelo Patrimônio de Referência Exigido (PRE), com respectivos indicadores calibrados conforme apetite de riscos estabelecidos para a empresa e periodicamente reportados à diretoria e conselho de administração; II - plano de capital abrangendo o horizonte de três anos; III - simulações de eventos severos e condições extremas de mercado (testes de estresse) e avaliação de seus impactos no capital; O dimensionamento das Estruturas é adequado ao nível de complexidade dos respectivos produtos e operações, sendo a coordenação entre as Estruturas realizada através do COMITÊ DE GESTÃO DE CAPITAL, RISCOS DE LIQUIDEZ E MERCADO GRUPO (CGCRLMG), que se reúne mensalmente.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2015	2014
Disponibilidades	2.551	1.635
Aplicações no mercado aberto	4.706.649	337.665
Aplicações em depósitos interfinanceiros	47.410	-
Total	4.756.610	339.300

6. APLICAÇÕES INTERFINANCEIRAS DE LIQUIDEZ

Em 31 de dezembro de 2015

	A vencer até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	De 5 a 15 anos	Total
Aplicações no mercado aberto	4.706.649	-	-	-	-	4.706.649
Aplicações em depósitos interfinanceiros	87.352	478.834	131.794	39.224	1.034	738.238
Total	4.794.001	478.834	131.794	39.224	1.034	5.444.887

Em 31 de dezembro de 2014

	A vencer até 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Total
Aplicações no mercado aberto	288.700	-	-	-	288.700
Aplicações em depósitos interfinanceiros	367.574	1.047.936	183.254	6.871	1.605.635
Total	656.274	1.047.936	183.254	6.871	1.894.335

7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

a) Classificação dos títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2015 e de 2014 por categoria:

	2015		2014	
	Valor na curva	Valor de mercado	Valor na curva	Valor de mercado
Carteira própria:	531.527	530.878	846.790	847.251
Títulos para negociação:	209.847	209.496	751.337	751.804
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	4.221	4.221	133.463	133.485
Letras do Tesouro Nacional - LTN	133.017	132.940	538.045	537.560
Notas do Tesouro Nacional - NTN	50.842	50.568	5.043	5.973
Debêntures	-	-	52.718	52.718
Cotas de fundos de investimento	21.767	21.767	22.068	22.068
Títulos disponíveis para venda:	321.680	321.382	95.453	95.447
Letras do Tesouro Nacional - LTN	321.680	321.382	95.453	95.447
Vinculados à prestação de garantias:	749.592	737.420	1.852.283	1.844.975
Títulos para negociação:	560.823	560.354	1.677.235	1.675.946
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	108.472	108.493	648.048	648.129
Letras do Tesouro Nacional - LTN	436.409	436.058	1.025.446	1.023.081
Notas do Tesouro Nacional - NTN	15.942	15.803	3.741	4.736
Títulos disponíveis para venda:	188.769	177.066	175.048	169.029
Letras do Tesouro Nacional - LTN	188.769	177.066	175.048	169.029
Total	1.281.119	1.268.298	2.699.073	2.692.226

b) Marcação a mercado dos títulos classificados na categoria disponível para venda:

Títulos disponíveis para venda	2015					
	Papel	Valor Curva	Valor de mercado	Ajuste MtM	IR/CS Diferidos	Saldo MtM líquido de IR/CS
Letras do Tesouro Nacional - LTN		510.449	498.448	(12.001)	5.400	(6.601)
Total		510.449	498.448	(12.001)	5.400	(6.601)
Títulos disponíveis para venda	2014					
Letras do Tesouro Nacional - LTN		270.501	264.476	(6.025)	2.410	(3.615)
Total		270.501	264.476	(6.025)	2.410	(3.615)

O valor de mercado dos títulos públicos e privados foi apurado, respectivamente, com base nas taxas médias divulgadas pela ANBIMA-Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais. As aplicações em cotas de fundos de investimento foram atualizadas com base nos respectivos valores unitários das quotas divulgados pelo administrador do fundo. Os títulos privados e públicos estão custodiados na CETIP e no Sistema Especial de Liquidação e Custódia - SELIC, respectivamente. As cotas de fundos de investimento estão custodiadas no respectivo administrador do fundo.

c) Composição por prazo de vencimento

	2015			2014		
	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Total
A vencer até 3 meses	769.850	-	769.850	2.427.750	95.447	2.523.197
A vencer entre 3 e 12 meses	-	315.855	315.855	-	-	-
A vencer entre 1 e 3 anos	-	182.593	182.593	-	113.097	113.097
A vencer entre 3 e 5 anos	-	-	-	-	55.932	55.932
Total	769.850	498.448	1.268.298	2.427.750	264.476	2.692.226

d) Composição por emissor

	2015		2014	
	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda	Títulos para negociação	Títulos disponíveis para venda
Títulos para negociação	769.850	2.427.750	748.083	2.352.964
Públicos	748.083	2.352.964	748.083	2.352.964
Governo Federal	21.767	74.786	-	52.718
Privado	-	-	-	-
Debêntures	-	-	-	-
Cotas de fundos de investimento	-	-	-	-
Títulos disponíveis para venda	498.448	264.476	498.448	264.476
Públicos	498.448	264.476	498.448	264.476
Governo Federal	-	-	-	-
Total	1.268.298	2.692.226	1.246.531	2.617.440

e) Instrumentos financeiros derivativos - O Banco participa de operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos, principalmente, os de alta liquidez, os quais são avaliados ao valor de mercado entre as posições ativas e passivas. Demonstramos a seguir a relação dos swaps' por indexador: e.1) "Swap", NDF e Opções

Em 31 de dezembro de 2015

Swaps e NDF's	Valor de referência Operações registradas na CETIP		
	Curva	Mercado	Mercado
Indexador			
ABI BB x CDI	19.070	(932)	(3.077)
AUD Reuters 11 NY (NDF)	203	(8)	(9)
BAC UM x CDI	13.516	(645)	(1.954)
CA FP x CDI	18.693	(634)	(4.084)
Call Digital x PRE	51.613	1.315	12.036
CDI x EURO (Fluxo de caixa)	15.912	(87)	(323)
CDI x PRE (Fluxo de caixa)	105.000	407	2.644
CDI - 0,95% x EURIBOR + EUR ECB	119.072	(48.255)	(52.404)
CDI x ABI BB	19.070	932	3.077
CDI x BAC UM	13.516	645	1.954
CDI x CA FP	18.693	634	4.084
CDI x EURO	264.164	12.100	12.720
CDI x IPCA	26.600	(293)	19
CDI x DOLAR (Fluxo de caixa)	1.082.849	(220.071)	(246.879)
Cesta de Ações x PRE	207.276	13.284	21.121
Cesta de Moedas x PRE	71.015	5.113	6.896
CHF (NDF)	206.497	(95.068)	(91.292)
COROA NORUEGUESA (NDF)	776	-	(25)
DIS US x PRE	8.178	366	478
DOLAR x LIBOR US 3M (Fluxo de caixa)	85.000	164	(482)
DOLAR x LIBOR US 6M (Fluxo de caixa)	183.033	806	2.141
DOLAR x PRE (Fluxo de caixa)	19.212	20.753	21.742
DOLAR (NDF)	5.147.894	35.595	47.295
DOLAR x CDI (Fluxo de caixa)	100.000	126.036	131.503
DOLAR x CHF ECB (Fluxo de caixa)	192.988	83.969	83.680
DOLAR CANADENSE (NDF)	203.000	6.646	11.169
Dow Jones US Real Estate Index Fund x PRE	12.618	109	534
EURIBOR x EUR ECB	642.474	(4)	636
EURIBOR x PRE	60.000	(3,186)	(2.758)
EURO (NDF)	1.042.268	(11.960)	(18.237)
Euro ECB (NDF)	1.007.846	153.270	175.103
EuroREUTERS11NY (NDF)	33.847	982	360
FRANCO SUICO (NDF)	357	(6)	2
GBP Reuters 11NY (NDF)	8.754	440	330
IPCA x CDI	24.200	231	(155)
JPY Reuters 11 NY (NDF)	479	6	3
LIBOR US 3M x DOLAR (Fluxo de caixa)	85.000	(157)	570
LIBOR US 6M x DOLAR (Fluxo de caixa)	336.591	17	(33)
LIBRA ESTERLINA (NDF)	31.043	(5,886)	(6,504)
PRÉ x 0%CESTA DE AÇÕES	207.276	(13,287)	(21,121)
PRÉ x 0%PRÉ 0%	46.820	(11)	-
PRÉ x 9,78%EURIBOR + EUR ECB	119.072	(48,534)	(46,599)
PRE x Call Digital	51.613	(1,308)	(12,036)
PRE x Cesta de Moedas	71.015	(5,089)	(6,896)
PRE x DAX	17.525	(147)	(21)
PRE x DIS US	8.178	(367)	(478)
PRE x DOLAR	367.201	(205,532)	(225,692)
PRE x DOLAR (Fluxo de caixa)	178.597	(59,587)	(66,065)
PRE x EURIBOR	79.574	(2,716)	(3,938)
PRE x Euro ECB (Fluxo de caixa)	67.245	(4,405)	(5,403)
PRE x ITUB4 BZ EQUITY	5.095	(154)	(123)
PRE x S&P	39.900	(897)	(115)
PRE x Shares Dow Jones US Real Estate Index Fund	12.618	(107)	(37)
Total	12.750.046	(265.553)	(276.643)

Em 31 de dezembro de 2014

Swaps e NDF's	Valor de referência Operações registradas na CETIP		
	Curva	Mercado	Mercado
Indexador			
ATIVO ABI BB x CDI	17.850	(839)	(1.252)
ATIVO CA FP x CDI	16.046	520	(1.175)
ATIVO IYR x PRÉ	34.383	788	3.275
ATIVO S&PPRÉ 0%	130.148	12.442	12.209
CDI x ATIVO ABI BB	17.850	110	480
CDI x ATIVO CA FP	16.046	(890)	746
CDI x ATIVO ITUB 4	8.794	(159)	26
CDI x CESTA DE AÇÕES	31.648	(639)	3.455
CDI x EURO	119.072	(10,570)	(7,201)
CDI x PRÉ (FLUXO DE CAIXA)	50.000	173	1.659
CESTA DE AÇÕES X CDI	11.785	930	(626)
CESTA DE AÇÕES X PRÉ	263.804	15.927	37.146
CESTA DE ATIVOS X PRÉ	44.200	(993)	(1.445)
COROA SUECA (NDF)	377	8	13
COROA NORUEGUESA (NDF)	777	89	106
DÓLAR (NDF)	2.186.263	420	10.427
DÓLAR x CDI (FLUXO DE CAIXA)	250.000	120.864	139.195
DÓLAR x FRANCO (FLUXO DE CAIXA)	192.988	57.279	57.683
DÓLAR x FRANCO	288.896	5.975	5.043
DÓLAR x LIBOR (FLUXO DE CAIXA)	329.459	(1,134)	5.627
DÓLAR x PRÉ	27.043	2.295	4.703
DÓLAR x PRÉ (FLUXO DE CAIXA)	27.163	11.251	12.178
EURO (NDF)	4.907.367	(9,486)	24.021
EURIBOR x EURO ECB	238.736	(20)	90
FRANCO (NDF)	1.462	11	17
FRANCO x DÓLAR	208.918	(63,298)	(58,752)
LIBOR x DÓLAR (FLUXO DE CAIXA)	329.459	1.156	(5,511)
LIBRA (NDF)	70.796	(11,182)	(11,314)
PRÉ x ATIVO IYR	34.400	(784)	(528)
PRÉ x ATIVO S&P	67.191	(2,095)	(7,120)
PRÉ x CESTA DE AÇÕES	263.804	(15,895)	(37,146)
PRÉ x CESTA DE ATIVOS	44.200	987	1.445
PRÉ x DÓLAR	355.398	(40,910)	(43,517)
PRÉ x DÓLAR (FLUXO DE CAIXA)	123.395	(15,763)	(14,184)
PRÉ x EURIBOR	119.072		

continuação

SOCIETE GENERALE
Corporate & Investment Banking

Banco Société Générale Brasil S.A.
(pertencente ao Sistema Financeiro Société Générale Brasil)

CNPJ 61.533.584/0001-55
Avenida Paulista, 2300 - 9º andar - Cerqueira César
CEP 01310-300 - São Paulo - SP
Telefone: 0xx11 3217-8000
www.sgbrasil.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

ii. Movimentação dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis
Em 31 de dezembro de 2015

Em 31 de dezembro de 2014

	Riscos fiscais e obrigações legais		Riscos trabalhistas	Riscos cíveis	Total
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor	Valor	
Saldo inicial	147.389	13.624	3	-	161.016
Constituição	1	-	-	-	1
Baixas	-	(1)	-	-	(1)
Reversão	(1.639)	(36)	-	-	(1.675)
Atualização	8.288	1.109	1	-	9.398
Saldo final	154.039	14.696	4	-	168.739
Devedores por depósitos em garantia	215.064	4.314	-	-	219.378

Em 31 de dezembro de 2014

	Riscos fiscais e obrigações legais		Riscos trabalhistas	Riscos cíveis	Total
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor	Valor	
Saldo inicial	148.891	4.916	873	-	154.680
Constituição (*)	17.764	10.255	-	-	28.019
Baixas	-	-	(507)	-	(507)
Reversão (**)	(26.470)	(2.009)	(379)	-	(28.858)
Atualização (*)	7.204	462	16	-	7.682
Saldo final	147.389	13.624	3	-	161.016
Devedores por depósitos em garantia	152.403	1.111	-	-	153.514

(*) Nota explicativa nº 23. Em riscos fiscais, a constituição de novos principais no valor de R\$ 17.764 em dezembro de 2014 refere-se, basicamente, ao processo que discute o alargamento de bases das contribuições para o PIS e COFINS. (**) Nota explicativa nº 22. A reversão em riscos fiscais no valor de R\$ 26.470, em dezembro de 2014, reflete a decisão proferida nos processos que discutiam a cobrança administrativa para o FINSOCIAL em 1991 e 1992 e a Compensação de tributos recolhidos a maior (IRPJ, ILL e CSLL) referente à correção monetária de balanço com base na Lei nº 8.200/91.

iii. Detalhamento dos riscos fiscais, trabalhistas e cíveis por probabilidade de perda:
Em 31 de dezembro de 2015

	Riscos fiscais e obrigações legais		Riscos trabalhistas		Riscos cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis e obrigações legais (a)	154.039	154.039	14.696	14.696	4	4
Perdas possíveis (b)	69.280	-	-	-	1.788	-
Perdas remotas	39.028	-	-	-	4.417	-
Total	262.347	154.039	14.696	14.696	6.209	4

14. INVESTIMENTOS EM COLIGADA E CONTROLADAS - (Reapresentado)

	Banco Cacique S.A.		Banco Pecúnia S.A.		SG Equipment Finance S.A.-Arrendamento Mercantil		Société Générale S.A.-Corretora de Câmbio, Títulos e Valores Mobiliários		Sgam Soc Asset Management Brasil Ltda.		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
	Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado		Reapresentado	
Informações das controladas:												
Capital social	773.518	668.518	561.596	423.596	89.398	70.398	15.415	15.415	-	-	-	-
Quantidade de ações/cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	231	231	-	-
Ordinárias	894.384	528.393	615.127.380	105.127.380	1.282.532	1.282.532	7.956.446	7.956.446	-	-	-	-
Preferenciais	-	-	-	-	-	-	7.956.446	7.956.446	-	-	-	-
Cotas	-	-	-	-	-	-	-	-	300	300	-	-
Participações - %	100	100	100	100	100	100	100	100	1	1	-	-
Patrimônio líquido	198.932	154.672	98.673	91.228	60.023	55.964	18.262	17.646	-	610	-	-
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	(19.100)	(4.382)	(129.908)	(4.769)	(16.348)	(163)	616	615	-	(26)	-	-
Movimentação dos investimentos:												
Saldos em 31 de dezembro	154.672	157.810	91.228	107.597	55.964	56.152	17.646	17.031	7	6	319.517	338.596
Ajuste de avaliação patrimonial	(6)	4	2	(1)	1.152	(51)	-	-	-	-	1.148	(48)
Ajuste de exercícios anteriores	-	578	-	(12.080)	155	-	-	-	-	-	155	(11.502)
Outras reservas de capital	(1.634)	662	(649)	470	100	26	-	-	-	-	(2.183)	1.158
Realização de reserva de reavaliação	-	-	-	11	-	-	-	-	-	-	-	11
Resultado de equivalência patrimonial	(19.100)	(4.382)	(129.908)	(4.769)	(16.348)	(163)	616	615	-	1	(164.740)	(8.698)
Aumento de capital	65.000	-	138.000	-	19.000	-	-	-	-	-	222.000	-
Saldos em 31 de dezembro	198.932	154.672	98.673	91.228	60.023	55.964	18.262	17.646	7	7	375.897	319.517

Em 12 de janeiro de 2015 a SG Equipment Finance S.A.-Arrendamento Mercantil, aumentou seu capital em R\$ 19.000. O referido aumento de capital foi homologado pelo BACEN em 16 de janeiro de 2015. O Banco Pecúnia S.A., aumentou seu capital social em R\$ 138.000, sendo R\$ 48.000 em 24 de agosto e R\$ 90.000 em 16 de setembro de 2015, os quais foram homologados pelo BACEN em 02 de setembro e 23 de dezembro de 2015 respectivamente. Em 24 de agosto de 2015 o Banco Cacique S.A. aumentou seu capital social em R\$ 65.000, homologado pelo BACEN em 02 de setembro de 2015.

15. DEPÓSITOS

	Depósitos à vista		Depósitos a prazo		Depósitos interfinanceiros		Total	
	2015	2014	2015	2014	2015	2014	2015	2014
Sem vencimento	1.266	14.043	-	-	-	-	1.266	14.043
Até 3 meses	-	-	19.001	214.766	623.373	10.824	642.374	225.590
De 3 meses a 1 ano	-	-	68.670	14.925	40.991	-	109.661	14.925
De 1 a 3 anos	-	-	63.391	40.259	96.465	12.164	159.856	52.423
Total	1.266	14.043	151.062	269.950	760.829	22.988	913.157	306.981

16. OBRIGAÇÕES POR EMPRÉSTIMOS E REPASSES

	2015		2014	
	Patrimonial	Resultado	Patrimonial	Resultado
Empréstimos:				
Obrigações em moeda estrangeiras - exportação e importação (a)	1.672.013	(514.626)	707.061	(101.262)
Obrigações em moedas estrangeiras - outras obrigações (b)	3.963.313	(1.689.145)	2.262.514	(467.509)
Obrigações por empréstimos no exterior (c)	1.015.612	(500.849)	1.034.858	(146.925)
Subtotal	6.650.938	(2.704.620)	4.004.433	(715.696)
Repasse do País				
Finame	17.345	(352)	17.471	(133)
Repasse do exterior				
Obrigações por repasse no exterior (d)	6.872	(3.070)	-	-
Total	6.675.155	(2.708.042)	4.021.904	(715.829)
Curto prazo	5.891.019	-	3.854.277	-
Longo prazo	784.136	-	167.627	-
Total	6.675.155	-	4.021.904	-

(a) São representadas por recursos captados de banqueiros no exterior com Société Générale-NY e Cayman com vencimentos até 2016 e para aplicação em desconto de letras de exportação, pré-financiamentos de exportações e financiamentos de importações, incorrendo em variação cambial, acrescida de juros de até 1,37% ao ano em 2015 (0,66% ao ano em 2014). (b) São representadas por empréstimos em moeda estrangeira com a matriz do Banco, vencíveis em 2016, sujeitos à variação cambial e juros de até 0,50% ao ano. (c) Referem-se a empréstimos, centralizados com a matriz do Banco, no exterior, com vencimentos até 2021, sujeitos à variação cambial e a juros de até 3,93% ao ano em 2015 (4,41% ao ano em 2014). (d) São representadas por obrigações em moeda estrangeira, com a matriz do Banco, com vencimento até 2019, sujeitos à variação cambial e juros de até 3,5% ao ano. Para os empréstimos que foram feitos "hedges" de fluxo de caixa (nota explicativa nº 7 e 3) com derivativos no mercado futuro de "DDI" e "DI", houve marcação a mercado no Banco com ajuste desfavorável de R\$ 3.468 (em 2014 favorável em R\$ 25.771).

17. RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS

	2015	2014
Comissão de operação em moeda estrangeira	71	48
Total	71	48

18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) **Capital social** - Em 31 de dezembro de 2015 e de 2014, o capital social totalmente subscrito e integralizado, no montante de R\$ 2.374.923 e R\$ 2.956.929 respectivamente, estava representado por ações, sem valor nominal, pertencentes a acionistas domiciliados no País e exterior, composto da seguinte forma:

	2015	2014
Ações ordinárias	508.474	408.392
Ações preferenciais	508.474	408.392
Total	1.016.948	816.784

b) **Dividendos** - Conforme previsto no estatuto do Banco, é assegurado aos acionistas dividendo mínimo obrigatório de 25% sobre o lucro líquido do exercício. O Conselho de Administração, através de Assembleia Geral Ordinária ou Extraordinária, pode deliberar sobre a distribuição de dividendos sobre os lucros auferidos, com base em balanços patrimoniais ou reservas de lucros existentes. c) **Aumento de capital** - Conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 24 de abril de 2015, foi aprovada a proposta de aumento de capital social do Banco no montante de R\$ 267.003, passando o capital de R\$ 2.374.923 para R\$ 2.641.926, mediante a emissão de novas ações pelo preço de R\$ 2.907,65 por ação, sendo 45.914 ações ordinárias com direito a voto e 45.914 ações preferenciais sem direito a voto, todas nominativas e sem valor nominal. Este aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 29 de abril de 2015. Conforme Ata da Assembleia Geral Extraordinária realizada em 23 de dezembro de 2015, foi aprovada a proposta de aumento de capital social do Banco no montante de R\$ 315.003, passando o capital de R\$ 2.641.926 para R\$ 2.956.929, mediante a emissão de novas ações pelo preço de R\$ 2.907,65 por ação, sendo 54.168 ações ordinárias com direito a voto e 54.168 ações preferenciais sem direito a voto, todas nominativas e sem valor nominal. Este aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 30 de dezembro de 2015. d) **Reserva de capital** - Representa plano de pagamento baseado em ações conforme demonstrado na nota explicativa nº 26. e) **Reserva legal** - A reserva legal é constituída mediante destinação de 5% do lucro líquido do semestre, não excedendo a 20% do capital social, conforme previsto no § 4º do art. 193 da Lei 6.404/76.

	Riscos fiscais e obrigações legais		Riscos trabalhistas		Riscos cíveis	
	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado	Valor reclamado	Valor provisionado
Perdas prováveis e obrigações legais (a)	147.389	147.389	13.624	13.624	3	3
Perdas possíveis (b)	117.724	-	-	-	2.320	-
Perdas remotas	46.438	-	-	-	3.804	-
Total	311.551	147.389	13.624	13.624	6.127	3

Contingências fiscais e obrigações legais: Referem-se a obrigações legais e contingências relacionadas a questões tributárias discutidas em diversas instâncias, conforme avaliação efetuada pelos assessores jurídicos do Conglomerado, sendo os principais temas discutidos: (a) **Passivos contingentes classificados como risco de perda provável e obrigações legais** - • Compensação de tributos recolhidos a maior (IRPJ, ILL e CSLL) referente a correção monetária de balanço com base na Lei nº 8.200/91 - em 30 de setembro de 2014 foi realizada a reversão da provisão no total de R\$ 15.625, em razão da consolidação do débito nos termos da Lei 11.941/2009 ("Refis") e consequente pagamento do valor devido à União por meio de conversão em renda do depósito judicial; • Cobrança administrativa de contribuição para o FINSOCIAL referente a abril de 1991 a março de 1992 - em 31 de dezembro de 2015 totalizou R\$ 3.852 (R\$ 3.724 em 2014); • Alargamento pela Lei 9.718/98 da base de cálculo para recolhimento do PIS e da COFINS - em 31 de dezembro de 2015 totalizou R\$ 91.003 (R\$ 84.959 em 2014); • Exigibilidade de IRPJ sobre operação financeira ("Box quatro Pontas") realizada em 1993 - em 31 de dezembro de 2015, totalizou R\$ 40.002 (R\$ 38.679 em 2014); (b) **Passivos contingentes classificados como risco de perda possível** - Pedidos de compensação de IRRF - em 31 de dezembro de 2015 totalizou R\$ 28.642 (R\$ 30.066 em 2014); Cobrança de IRPJ e CSLL sobre operações day-trade e sobre processo de desmutualização da antiga Bovespa (atual BM&FBOVESPA), em 31 de dezembro de 2015 totalizou R\$ 10.352 (R\$ 9.607 em 2014); **Trabalhistas**: Referem-se à provisão para processos movidos por ex-funcionários de diversas localidades. Os questionamentos são sobre pré-contratação para cargos técnicos e cargos de confiança, horas extras, bem como seus reflexos. Há também ações movidas por ex-empregados de empresas terceirizadas com pedidos de reconhecimento de vínculo empregatício e pagamento das respectivas verbas rescisórias. Nas ações trabalhistas relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base histórica dos pagamentos efetuados. As ações trabalhistas que não se enquadram no critério anterior são provisionadas de acordo com o depósito judicial efetuado no processo ou são avaliadas individualmente, sendo as provisões constituídas com base na situação de cada processo, na Lei e jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos. **Cíveis**: São ações judiciais de caráter indenizatório e revisionais de crédito. As ações de caráter indenizatório referem-se a indenização por dano material e/ou moral em decorrência da relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a empréstimos e prestações de financiamentos. As ações revisionais referem-se a operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais. Nas ações cíveis relativas a causas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é constituída com base na situação de cada processo, na lei e na jurisprudência de acordo com a avaliação de êxito e classificação dos assessores jurídicos.

19. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL - Cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social incidente sobre as operações nos exercícios findos em 31 de dezembro 2015 e 2014:

	Imposto de renda		Contribuição social	
	2015	2014	2015	2014
	Reapresentado		Reapresentado	
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social, deduzido das participações estatutárias	(101.745)	4.954	(101.745)	4.954
Alíquota vigente	25%	25%	15% (*)	15%
Receita (despesa) crédito tributário de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	25.436	(1.239)	15.263	(743)
a) Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças permanentes:				
-Resultado de participações em coligadas e controladas	(41.185)	(2.395)	(24.711)	(1.437)
-Ajustes de preços de transferência para exterior	(336)	(254)	(202)	(152)
-Juros indebitáveis Lei 12.249/10	(8.544)	(5.081)	(5.126)	(3.049)
-Lucros e Dividendos pelo Custo de Aquisição	46	-	28	-
-Incentivo fiscal	(392)	(62)	(236)	(38)
-Outras despesas não dedutíveis	1.035	107	(129)	(186)
b) Efeito do imposto de renda e da contribuição social, sobre diferenças temporárias e prejuízos fiscais:				
Diferenças temporárias (a)				
-Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	(1.930)	(1.583)	(1.158)	(951)
-Ajuste a valor de mercado - TVM e derivativos	23.209	(41.753)	13.925	(25.052)
- (Provisão)/Reversão para despesas com SG Paris	-	(16)	-	(10)
-Provisão/(Reversão) para devedores duvidosos	(37.200)	(1.728)	(22.320)	(1.037)
-Provisão para publicação de balanço	(7)	8	(4)	5
-Provisão para realização de ativos	4.048	-	2.429	-
- (Provisão)/Reversão de bônus e PLR	(546)	(64)	(328)	(38)
-Honorários advocatícios	18	(70)	11	(42)
-Outras diferenças temporárias	(458)	(184)	(274)	(110)
Compensação de prejuízos fiscais e bases negativas períodos anteriores	-	16.420	-	9.852
Efeito majoração de alíquota da CSLL para 20% (*)	-	-	(1.556)	-
Despesa de imposto de renda e contribuição social no exercício	(36.806)	(37.894)	(24.388)	(22.988)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido	(38.021)	42.204	(31.746)	25.322
Ajustes de imposto de renda e da contribuição social de outros períodos	5.746	(903)	3.524	(547)
Total de imposto de renda e contribuição social	(69.081)	3.407	(52.610)	1.787

(*) Em outubro de 2015 entrou em vigor a Lei nº 13.169/15, que elevou a contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) de instituições financeiras de 15% para 20% a partir de 1º de setembro de 2015 até 31 de dezembro de 2018. Para apurar a parcela da base da contribuição social sujeita a nova alíquota, dentro do exercício, o banco efetuou o cálculo estabelecido pela instrução normativa RFB nº 1.591 de novembro de 2015. O Banco possui prejuízos fiscais em 31 de dezembro de 2015 de R\$ 16.229 (R\$ 14.918 em 2014) e diferenças temporárias referentes a provisões não dedutíveis de R\$ 354.296 (R\$ 193

continuação

SOCIÉTÉ GENERALE
Corporate & Investment Banking

Banco SociÉTé Générale Brasil S.A.
(pertencente ao Sistema Financeiro SociÉTé Générale Brasil)

CNPJ 61.533.584/0001-55
Avenida Paulista, 2300 - 9º andar - Cerqueira César
CEP 01310-300 - São Paulo - SP
Telefone: 0xx11 3217-8000
www.sgbrasil.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

d) Movimentação do imposto de renda diferido passivo:

	2015	2014
Saldo inicial	13.893	78.160
Ajustes a valor de mercado TVM e Derivativos- para negociação	44.866	(67.526)
Marcação a mercado-hedge-cash flow hedge	(1.984)	3.259
Receitas com atualização de depósitos judiciais	24.901	-
Saldo final (*)	81.676	13.893

(*) Nota explicativa nº 12 b

e) Projeção de realização e valor presente dos créditos tributários - O imposto de renda e a contribuição social diferidos serão realizados à medida que as diferenças temporárias sobre os quais são calculados sejam revertidas ou se enquadrem nos parâmetros de dedutibilidade fiscal, cujo cronograma de realização é apresentado a seguir:

Ano	Valor contábil	
	2015	2014
2015	-	2.410
2016	5.401	-
Total	5.401	2.410

O valor presente dos créditos tributários, calculado com base na taxa média projetada do CDI, totalizava R\$ 4.664 em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 2.135 em 2014).

20. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS - a) As transações com partes relacionadas são assim resumidas: As transações com controladores, controladas e outras partes relacionadas estão demonstradas a seguir:

Contraparte	Ativo (passivo)		Receitas (despesas)	
	2015	2014	2015	2014
SG Equipment Finance S.A. Arrendamento Mercantil				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	397.278	242.043	38.465	19.051
Valores a receber de sociedades ligadas	23	11	325	132
Depósitos à vista	(17)	(26)	-	-
Operações com swap - diferencial a receber/(pagar)	(29.476)	(6.812)	(27.255)	(1.309)
Depósitos interfinanceiros	(96.467)	(12.164)	(6.952)	(4.166)
SociÉTé Générale S.A. Corretora de Câmbio Títulos e Valores Mobiliários				
Valores a receber de sociedades ligadas	13	13	156	155
Depósitos à vista	(4)	(8)	-	-
Depósitos interfinanceiros	(5.091)	(8.124)	(766)	(1.083)
SGAM Soc Asset Management Brasil Ltda.				
Valores a receber de sociedades ligadas	1	2	20	20
Depósitos à vista	(6)	(4)	-	-
Depósitos a prazo	(434)	(471)	(58)	(49)
Banco Pecúnia S.A.				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	-	663.841	46.096	70.428
Depósitos interfinanceiros	(94.828)	-	(6.072)	(1.054)
Banco Cacique S.A.				
Aplicações em depósitos interfinanceiros	298.478	699.750	56.807	89.340
Depósitos interfinanceiros	(523.454)	(2.700)	(12.875)	(1.000)
SociÉTé Générale - Nova York:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	700	29	-	19
Obrigações em moeda estrangeira	(1.018.447)	(826.354)	-	(2.862)
Obrigações por empréstimos do exterior	-	-	(8.636)	-
SociÉTé Générale - Paris:				
Aplicações em moeda estrangeira	42.482	-	14.719	(98.342)
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	151	-	1.186	-
Devedores diversos no exterior (*)	19.338	7.436	17.930	7.084
Credores diversos no exterior (**)	(18)	(15)	-	(15)
Obrigações em moeda estrangeira	(3.964.630)	-	-	-
Obrigações por empréstimos do exterior	(1.015.612)	(3.178.079)	(19.585)	(26.630)
Obrigações por repasses do exterior	(6.872)	-	-	-
Outras obrigações - diversas	-	-	-	3.135
SociÉTé Générale - Canadá:				
Obrigações por empréstimos do exterior	-	-	-	(815)
SociÉTé Générale - Cayman:				
Obrigações em moeda estrangeira	(652.249)	-	-	-
Sogener Administração e Serviços Ltda.				
Valores a receber de sociedades ligadas	2	1	20	9
Depósitos à vista	(20)	(10)	-	-
Depósitos a prazo	(2.259)	(2.094)	(270)	(108)
Ald Automotive Ltda.				
Depósitos à vista	-	(8)	-	-
Depósitos a prazo	(11.223)	(13.130)	(1.987)	(1.867)
Operações com swap - diferencial a receber/(pagar)	(251.598)	(46.186)	(247.192)	(25.556)
Resumo por conta:				
Depósitos no exterior em moeda estrangeira	851	29	1.186	19
Aplicações em depósitos interfinanceiros	695.756	1.605.634	141.368	178.819
Aplicações em moeda estrangeira	42.482	-	14.719	(98.342)
Depósitos à vista	(47)	(56)	-	-
Depósitos a prazo	(13.916)	(15.695)	(2.315)	(2.024)
Depósitos interfinanceiros	(719.840)	(22.988)	(26.665)	(7.303)
Devedores diversos no exterior (*)	19.338	7.436	17.930	7.084
Valores a receber de sociedades ligadas	39	27	521	316
Obrigações em moeda estrangeira	(5.635.326)	(826.354)	-	(2.862)
Credores diversos no exterior (**)	(18)	(15)	-	(15)
Obrigações por empréstimos do exterior	(1.015.612)	(3.178.079)	(28.221)	(27.445)
Obrigações por repasses do exterior	(6.872)	-	-	-
Operações com swap - diferencial a receber/(pagar)	(281.074)	(52.998)	(274.447)	(26.865)
Outras obrigações - diversas	-	-	-	3.135
Total	(6.914.239)	(2.483.059)	(155.924)	24.517

(*) Nota explicativa nº 12 a

(**) Nota explicativa nº 12 c

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração:

	2015	2014
Proventos	4.562	4.135
Contribuição ao INSS	1.141	24
Total	5.703	4.159

Outras informações - I - Conforme a legislação em vigor, o Banco não concede empréstimos ou adiantamentos para: a) Diretores e membros dos conselhos consultivos ou administrativo, fiscais e semelhantes, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o 2º grau; b) Pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital, com mais de 10%; e c) Pessoas jurídicas de cujo capital participem com mais de 10%, o próprio Banco, quaisquer diretores ou administradores, bem como seus cônjuges e respectivos parentes até 2º grau. Dessa forma, não são efetuados pelo Banco empréstimos ou adiantamentos a qualquer subsidiária, membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva e seus familiares. II - Participação acionária - A participação acionária do Banco está apresentada da seguinte forma:

	2015			2014		
	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total
SociÉTé Générale-Paris	508.474	508.474	1.016.948	408.392	408.392	816.784
Total de ações	508.474	508.474	1.016.948	408.392	408.392	816.784

21. OUTRAS DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	2015	2014
Despesas de água, energia e gás	169	105
Despesas de material	72	112
Despesas de serviços técnicos especializados	14.218	7.674
Despesas de processamento de dados	3.000	3.185
Despesas de serviços do sistema financeiro	12.092	9.021
Despesas de alugueis	3.133	3.791
Despesas de serviços de terceiros	3.043	1.327
Despesas de manutenção e conservação de bens	463	393
Despesas de comunicações	1.282	1.301
Despesas de contribuições filantrópicas	1.542	760
Despesas de serviços de vigilância e segurança	129	99
Despesas de arrendamento	63	81
Despesas de seguros	109	110
Despesas com entidades de classe	631	523
Despesas de propaganda e publicidade	150	123
Despesas de publicações	232	180
Despesas de transportes	275	526
Despesas de promoções e relações públicas	910	627
Despesas de viagem	1.576	1.605
Despesas de depreciação e amortização	1.925	1.543
Despesas com auditoria	548	504
Despesas com prestação de serviços corporativos-exterior	32	53
Despesas com garantia fiscal	-	91
Outras	767	1.109
Total	46.361	34.843

22. OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS

	2015	2014
Reversão de provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 13 ii)	1.639	26.470
Reversão de provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13 ii)	36	2.009
Reversão de provisão para riscos cíveis (nota explicativa nº 13 ii)	-	379
Atualização de depósitos judiciais	16.074	6.395
Atualização de depósitos trabalhistas	118	64
Juros sobre capital próprio	368	-
Juros e multas	132	105
Levantamento depósitos judiciais	19	-
Variação monetária	14.368	1.800
Reversão de provisão de despesas de advogados	-	34
Outras	185	261
Total	32.939	37.517

23. OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS

	2015	2014
Prestação de serviços no exterior	147	44
Provisão para riscos fiscais (nota explicativa nº 13 ii)	1	17.764
Atualização de riscos fiscais (nota explicativa nº 13 ii)	8.288	7.204
Provisão para riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13 ii)	-	10.255
Atualização de riscos trabalhistas (nota explicativa nº 13 ii)	1.109	462
Atualização de riscos cíveis (nota explicativa nº 13 ii)	1	16
Variação monetária	7.146	483
Provisão para Garantias prestadas (*)	1.845	-
Outras	47	2
Total	18.584	36.230

(*) Provisão aplicada de acordo com metodologia estabelecida pela Resolução Banco Central 3.721/09 que qualifica as operações de garantias, avais e fianças prestadas como risco de crédito. Os valores de risco de crédito incorridos pelo Banco foram calculados pelos valores nominais garantidos atualizados para reais quando definidos em moeda estrangeira, deduzidos dos montantes das contra garantias emitidas por nossa Matriz.

24. LIMITES OPERACIONAIS - Acordo da Basileia II - O BACEN divulgou diversos Comunicados que tratam das diretrizes e dos cronogramas para a implantação dos conceitos do novo Acordo da Basileia (Basileia III), os quais estabelecem critérios mais adequados aos níveis de riscos associados às operações das instituições financeiras para alocação de capital regulamentar. Além desses Comunicados, há outros normativos que estabelecem as diretrizes para a apuração do capital regulamentar, os quais passaram a produzir efeitos a partir de 1º de Outubro de 2013; entre eles constam: • Resolução nº 4.193/13, nº 4.194/13 e nº 4.195/13 - definem o Patrimônio de Referência Exigido (PRE); • Circular nº 3.634/13 a nº 3.641/13, e nº 3.644/13 e nº 3.645/13 - define a Parcela de RWA; • Circulares nº 3.634/13 a nº 3.647/13 - definem a exposição às parcelas de Juros (RWAJur-1 a RWAJur-4), Ações (RWAacs), "Commodities" (RWAcom) e Câmbio (RWAcam); • Resolução nº 4.193/13 - define a Parcela de Risco Operacional (RWAopad).

Rubrica	Sigla	Cálculo pelo critério atual (Basileia III)	
		2015	2014
Patrimônio Líquido de Referência (ajustado)	PR	1.368.528	1.018.898
Patrimônio de Referência Exigido	PRE	623.729	656.169
Parcela do Risco das Posições "Banking Book"	RBAN	21.600	30.795
Valor da margem		723.199	331.934

• Parcelas que compõem o PRE

Parcela	2015		2014	
	Totais	% de consumo do PR	Totais	% de consumo do PR
RWACPAD	431.349	32%	496.144	48%
RWACAM	26.468	2%	3.741	0%
RWAJUR1	14.016	1%	19.475	2%
RWAJUR2	97.775	7%	66.125	6%
RWAJUR3	3	0%	213	0%
PACS	3.074	0%	6.604	1%
RWAOPAD	51.044	4%	63.867	6%

• Extrapolação

	2015	2014
Índice exigido - BACEN	11,00%	11,00%
Índice alcançado	24,14%	17,08%

25. PARCELAMENTO DE DÉBITOS FEDERAIS - Em 27 de maio de 2009, foi publicada a Lei nº 11.941, resultado da conversão da Medida Provisória nº 449/08, que, entre outras questões, instituiu um novo programa de parcelamento de débitos federais. Com base nessa Lei, em 26 de fevereiro de 2010, a Administração do Banco decidiu pela adesão ao programa de parcelamento de determinados débitos federais, conforme demonstrado a seguir, e aguarda que a Receita Federal do Brasil inicie o processo de consolidação. Em fevereiro de 2015 o Banco aderiu ao programa de anistia fiscal, instituído pela Lei 13.043/2014, para os débitos de IR e CS oriundos de suposta diferença entre preço de venda das ações da BOVESPA e o preço arbitrado pela Receita Federal, conforme art. 42 da Lei supracitada. Em setembro de 2015 a RFB homologou o pedido de adesão, extinguindo seu débito na integra.

Processo	Valor contábil da causa	
	2015	2014
Desmutualização BOVESPA	-	60.012
IRRF sobre cota de fundo ao portador	494	485
CSLL(*)	-	1.058
Total	494	61.555

(*) Em agosto de 2015, o depósito judicial correspondente ao processo que discutia antecipações de CSLL ano base 1990 foi levantado a favor do Banco, resultando no encerramento definitivo do litígio. No momento da consolidação do débito, o Banco irá registrar o ganho gerado a título de desconto nos juros e nas multas, após homologação da Secretaria da Receita Federal.

26. PAGAMENTO BASEADO EM AÇÕES - O SociÉTé Générale Group (matriz - França) oferece como parte da remuneração variável da diretoria e funcionários de sua subsidiária brasileira (SociÉTé Générale Brasil S.A.) planos de pagamentos baseados em ações. Apresentamos a seguir os planos de pagamentos baseados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2015 e outorgados a partir de 1º de janeiro de 2010. Os planos são classificados como pagamentos baseados em ações com liquidação em ações. I - Plano de ações diferidas - Em reunião realizada em 09 de março de 2010, o Conselho de Diretores do Grupo SociÉTé Générale designou os beneficiários do Plano de Ações Diferidas dentro do grupo de funcionários e executivos corporativos do Banco. A outorga das ações está condicionada ao cumprimento de permanência no grupo e, adicionalmente, sujeitos às condições de performance. Sendo que 50% das ações serão 31 outorgadas caso o beneficiário esteja no grupo em 31 de dezembro de 2015. A posse dos outros 50% dependerão do nível de performance do grupo, baseando-se em dois critérios, sendo: (i) caso o retorno sobre o capital (ROE - Return on Equity) do Grupo SociÉTé Générale seja igual ou maior que 15%, 100% das ações sujeitas a condição de performance serão empossadas; Caso o ROE seja entre 10% e 15%, as ações serão empossadas de acordo com a seguinte fórmula 10 x (ROE% - 5%), por exemplo se o ROE for de 10%, apenas 50% das ações serão empossadas. (ii) o segundo critério se aplicará caso o ROE seja inferior a 10%, possibilitando a outorga de no máximo 50% das ações e será mensurado pelo "Total de retorno de Acionista" (TSR) o qual será comparado a uma amostra de 11 empresas similares, representadas por: Barclays, BBVA, BNPP, CASA, Credit Suisse, Deutsche Bank, HSBC, Intesa, Santander, Standard Chartered e UCI. se o SG ficar entre a 4ª e 6ª, serão outorgadas 25% das ações e caso fique após a sexta posição nenhuma ação será empossada. II - Plano de ações livres - Visando o sucesso do programa "Ambition SG 2015", em reunião realizada em 02 de novembro de 2010, o Conselho de Diretores do Grupo SociÉTé Générale designou os beneficiários do Plano de Ações livres dentro do grupo de funcionários e executivos corporativos do Grupo SociÉTé Générale e empresas afiliadas. O plano está dividido em dois grupos sendo o primeiro representado por 40% das ações condicionadas ao cumprimento de permanência no grupo em 31 de março de 2015 com a condição de desempenho na qual o Grupo SociÉTé Générale atinja um lucro líquido positivo no ano de 2012, condição esta atingida. O segundo grupo, 60% das ações remanescentes, está condicionado a permanência no grupo em 31 de março de 2016 com a condição de que a satisfação dos clientes aumente entre 2010 e 2013 nas três linhas de negócios (operações França, Banco de varejo e Corporate Banking). III - Fidelity Bonus Scheme - O Fidelity Bonus Scheme enquadra-se na política de remuneração variável do Banco, sendo aplicada em particular para aqueles diretores que possuem atividades com possível impacto significativo no perfil de risco das instituições do conglomerado. O plano foi outorgado em março de 2013 e será liquidado em caixa em outubro de cada ano, sendo a primeira liquidação em 2013 e a última em 2016, condicionadas ao cumprimento de permanência. O plano não requer condições de desempenho para o seu exercício. A remuneração variável diferida no tempo é apurada em unidades de referência, denominadas UNIR, e utiliza como base a diferença entre o preço das ações do SociÉTé Générale (França) na data da outorga e a média do preço de fechamento dos últimos 20 pregões precedentes a 14 de março de 2013. Qualquer dividendo pago no período de carência aumentará o valor final a ser pago aos funcionários. A seguir, demonstramos os valores reconhecidos nos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, na rubrica de despesa com pessoal contra a conta do grupo do patrimônio líquido de reserva de capital e, passivo na rubrica "Outras Obrigações Diversas":

	2015	2014
Plano de ações livres	131	91
Plano de ações diferidas	731	423
Total	862	514
Saldo no início do exercício	514	480
Constituição	348	64
Saldo no fim do exercício	862	514

27. OUTRAS INFORMAÇÕES - a) Em 31 de dezembro de 2015, a responsabilidade por fianças e garantias prestadas a terceiros, monta a R\$ 735.082 (R\$ 688.256 em 2014). **b) Plano de pensão** - A partir do exercício de 2008, o Banco passou a oferecer um plano de previdência complementar para seus funcionários, na modalidade contribuição definida, o qual é administrado pelo Itaú Vida e Previdência S.A. Este programa está sendo patrocinado pelo Banco e pelos seus funcionários. Durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, as contribuições dos patrocinadores totalizaram R\$ 700 (R\$ 661 em 2014) e pelos funcionários R\$ 789 (R\$ 717 em 2014).

continua

continuação

SOCIETE GENERALE
Corporate & Investment Banking

Banco Societe Generale Brasil S.A.
(pertencente ao Sistema Financeiro Societe Generale Brasil)

CNPJ 61.533.584/0001-55
Avenida Paulista, 2300 - 9º andar - Cerqueira César
CEP 01310-300 - São Paulo - SP
Telefone: 0xx11 3217-8000
www.sgbrasil.com.br

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015 E DE 2014 E PARA O SEMESTRE FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais, exceto quando de outra forma mencionado)

28. ESTRUTURA DO GRUPO SOCIÉTÉ GÉNÉRALE BRASIL
Em 31 de dezembro de 2015

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO
CONTADOR
Leandro dos Santos - CRC - SP 262040/O-6

DIRETORIA
São Paulo, 23 de fevereiro de 2016
Comitê de Auditoria

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do **Banco Societe Generale Brasil S.A.**

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Societe Generale Brasil S.A., que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração pelas Demonstrações Financeiras - A Administração do Banco é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Auditores Independentes - Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e a adequada apresentação das demonstrações financeiras do Banco para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade

das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião - Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas acima apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Societe Generale Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Ênfase - Reapresentação dos valores correspondentes - Conforme mencionado na nota explicativa 2, certas informações correspondentes ao balanço patrimonial, as demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa e as notas explicativas, foram alteradas em relação àquelas anteriormente divulgadas nas demonstrações financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2014, pelas razões mencionadas na referida nota explicativa 2 e estão sendo reapresentadas como previsto na NBC TG 23, ou CPC 23, (Práticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2016

EY
ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S.S.
CRC-2SP015199/O-6
Flávio Serpejante Peppe
Contador CRC- 1SP172167/O-6

Renato Nantes
Contador CRC-1RJ115529/O-7

Maylomo Empreendimentos e Participações S.A.
CNPJ: 12.404.247/0001-52

Balancos patrimoniais em 31/12 (Em MR\$)		Balancos patrimoniais em 31/12 (Em MR\$)		Demonstrações do resultado - Exercícios findos em 31/12 (MR\$, exceto quando mencionado de outra forma)	
	2014	2013		2014	2013
Ativo/Não circulante	30.237	28.135	Passivo/Circulante	1	15
Investimentos	2	30.237	Empréstimos	3	15
Total do ativo	30.237	28.135	Obrigações fiscais	1	-
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido			Patrimônio líquido	4	30.236
Exercícios findos em 31/12 (MR\$)			Capital social	36.601	36.601
Outros resultados abrangentes			Ajustes de avaliação patrimonial	(5.350)	(5.350)
Ajuste de avaliação patrimonial			Prejuízos acumulados	(1.015)	(3.131)
Lucros (prejuízos) acumulados			Total do passivo	30.237	28.135
Saldo em 31/12/2012	36.601	(5.350)	(a) Ágio gerado por expectativa de rentabilidade futura proveniente da diferença positiva entre os aportes realizados pela Companhia na Agrovía S.A. e a participação societária da Companhia no patrimônio da Agrovía S.A. na data dos aportes de capital. Em fevereiro de 2012, devido ao aporte de capital no valor de R\$6.000, houve aumento do ágio no montante de R\$4.460. Sumário dos saldos das contas patrimoniais Agrovía S.A. na data-base de 31 de dezembro de 2014 e 2013:		
Prejuízo líquido do exercício	-	(1.711)	Balanco patrimonial		
Saldo em 31/12/2013	36.601	(5.350)	2014		
Lucro líquido do exercício	-	2.116	2013		
Saldo em 31/12/2014	36.601	(5.350)	2014		
Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro (MR\$, exceto se de outra forma indicado)			2013		
1. Contexto operacional: A Maylomo Empreendimentos e Participações S.A. ("Companhia"), com sede na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Junior nº 758, conjunto 52, Itaim Bibi, SP, foi constituída sob a forma de "sociedade anônima" de capital fechado em 16/07/10, tendo como objeto social empreendimentos imobiliários, administração por conta própria de bens imóveis e participação em outras sociedades como sócia, acionista ou quotista (holding). Em 05/01/11, a Companhia adquiriu participação na Agrovía S.A. (anteriormente denominada Prashanty Empreendimentos e Participações S.A.), que tem como objeto social oferecer soluções integradas de logística para o escoamento da produção agrícola de açúcar, a partir de terminais próprios e arrendados, até os terminais portuários localizados nas principais regiões do país, tendo iniciado suas operações em 01/01/11. Em 31/12/14 e 2013, a Companhia detinha 22,82% de participação na Agrovía S.A. sem deter o controle na mesma. 2. Investimentos: Os investimentos em controladas em conjunto, avaliados pelo método de equivalência patrimonial, estão consolidados no quadro a seguir:			Agrovía S.A.		
Informações sobre as empresas			31/12/2014		
Nº de ações ou quotas de capital			31/12/2013		
Ordinárias			160.370.546		
Preferenciais			146.400.000		
Valor do patrimônio líquido			13.970.546		
Lucro (prejuízo) do exercício			132.491		
Informações sobre os investimentos nas empresas			123.279		
Nº de ações possuídas			9.212		
Ordinárias			(7.455)		
Percentual de participação - %			22,82%		
Saldos iniciais			1.585		
Resultado da equivalência patrimonial			3.286		
Saldos finais			3.687		
Ágio (a)			1.585		
Totais			26.550		
			30.237		
			28.135		

Companhia Tamoyo de Armazéns Gerais
CNPJ: 58.136.169/0001-53 - NIRE: 3.530.006.984-6

Demonstrações Contábeis em 31/12/2015 (em R\$)

Relatório de Diretoria: Srs. Acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e Demonstrações Financeiras relativas ao exercício de 2015. Colocamo-nos à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que desejarem.

Balanço Patrimonial		Balanço Patrimonial		Demonstração do Resultado do Período	
	31/12/2015	31/12/2014		31/12/2015	31/12/2014
Ativo Circulante	95.261,97	3.749,95	Passivo/Passivo Circulante	19.197,00	32.487,60
Caixa e Bancos	93.255,65	2.763,59	Salários e Contribuições a Recolher	11.222,76	10.060,76
Contas a Receber	2.006,32	986,36	Provisões	-	13.681,24
Ativo não Circulante	1.659.305,79	1.604.507,18	Impostos a Pagar	7.974,24	8.745,60
Investimentos Temporários	155.026,04	100.227,43	Patrimônio Líquido	1.735.370,76	1.575.769,53
Investimentos/Imobilizado	1.504.279,75	1.504.279,75	Capital Social	2.965.999,00	2.965.999,00
Bens em Operação	2.277.660,75	2.277.660,75	Capital Subscrito	2.965.999,00	2.965.999,00
(-) Depreciação Acumulada	773.381,00	773.381,00	Reservas	98.733,89	98.733,89
Total do Ativo	1.754.567,76	1.608.257,13	Reservas de Capital	3.012,76	3.012,76
Demonstração das Mutações da Conta de Lucros (Prejuízos) Acumulados			Reservas de Lucros	95.721,13	95.721,13
31/12/2015			Lucros ou Prejuízos		
31/12/2014			Lucros ou Prejuízos Acumulados		
Saldo Anterior	(1.488.963,36)	(1.565.537,36)	(1.329.362,13)		
Lucro (Prejuízo) do Período	159.601,23	76.574,00	(1.488.963,36)		
Lucro (Prejuízos) Acumulados	(1.329.362,13)	(1.488.963,36)	Total do Passivo		
			1.754.567,76		
			1.608.257,13		

As demonstrações financeiras completas se encontram na sede da Companhia

Luiz Alberto Azevedo Levy - Diretor-Presidente

Luiz Alberto Azevedo Levy Junior - Diretor

Roberto da Silva Inacio - Contador - CRC 1SP110.724/O-0
RG 3.531.351 SSP/SP - CPF 043.706.198-15